

UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE BULLYING E SEUS EFEITOS NO COTIDIANO

Elisa Ferreira Silva de Alcantara¹

RESUMO

Na sociedade se produz uma multiplicidade de discursos que podem ser entendidos como a variedade de formas de ver, dizer, pensar e agir, isto é, como práticas sociais atravessadas por relações de poder. Deste modo, se produz verdades ao significar certas práticas e instituir uma ordem nos discursos, selecionando aquilo que é preciso ser dito para a aplicação de um determinado poder (FOUCAULT, 2009). A escola com seus elementos pedagógicos, filosóficos, administrativos, enfim, sua prática discursiva, é um dispositivo produtor de subjetividade. Acontece que, a escola produz e é também produzida por modos de subjetivação como os discursos midiáticos que são abertos e generalizados e por isso, alcançam grande número de pessoas através de suas variadas formas como: jornal impresso, jornal on-line, sites, matérias televisivas, revistas e redes sociais de relacionamento que constituem o que neste trabalho denominamos mídia. Embora muitos temas ligados a educação apareçam com frequência nos discursos midiáticos, o tema bullying é muito recorrente e verifica-se um alto número de matérias jornalísticas que discutem o assunto. Neste artigo, pretende-se discutir sobre os discursos midiáticos que enunciam o bullying como um dos principais problemas da realidade educacional da atualidade e que representam um discurso impregnado por ideologias que se manifestam nas relações de poder existentes no contexto educacional e social.

Palavras-chave: Discurso; Mídia; Bullying.

ABSTRACT

In a society that produces a multiplicity of discourses that can be understood as the variety possibilities of seeing, say, think and act, that is, like social practices crossed by the relations of power. In that way, it produces certain truths in the meaning and some Policies and establishes an order in speeches, selecting what is necessary to be said to for applying in a certain power (FOUCAULT, 2009). The school with its educational elements, philosophical, administrative, finally, its discursive practice is a device producing subjectivity. It turns out that the school produces and is also produced by modes of subjectivity as the media discourses that are open and widespread, that's why can reach many people through many possibilities of forms such as newspaper, online newspaper, websites, television materials, magazines and social networks of relationships that constitute what we call media in this work. Although many issues related to education appear frequently in media discourse, the theme of bullying is very recurrent and there are a high number of newspaper articles that discuss the subject. This article focus to discuss the media that discourses which define bullying as one of the main problems of the educational reality of today and that represents a speech permeated by ideologies that are manifested in the existing relations in educational and social.

¹Pedagoga, Mestre em História Social – USS, Doutoranda em Política Públicas - UERJ

Keywords: Speech: Media: Bullying

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade se produz uma multiplicidade de discursos que podem ser entendidos como uma variedade de formas de ver, dizer, pensar e agir, ou seja, como práticas sociais atravessadas por relações de poder. Deste modo, produzem-se verdades ao significar certas práticas e instituir uma ordem nos discursos, ou seja, selecionar aquilo que é preciso ser dito para a aplicação de um determinado poder (FOUCAULT, 2009, p.7-36).

O campo discursivo exprime modos de enunciar a realidade por meio de um regime que é constituído por processos dizíveis como as teorias educacionais e as falas dos especialistas e por coisas visíveis como a escola com seus programas. Assim, o espaço escolar se torna um dispositivo que opera através de sua discursividade e produz subjetividades. A subjetivação é aqui entendida como efeito das práticas que constituem as relações, pelos modos de existir em diversos contextos, ou seja, é um processo de produção que inclui a relação consigo mesmo e com o mundo; a maneira como se constitui essa relação e as práticas que possibilitam ou não a transformação do sujeito. Os modos de subjetivação são instituídos por meio de dispositivos diversos que regulamentam, normatizam e produzem práticas de assujeitamento do indivíduo em relações de poder e submetem-no a certa verdade de seu tempo e espaço.

Foucault define dispositivo como:

Um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

Assim, a escola com seus elementos pedagógicos, filosóficos, administrativos, enfim, com sua prática discursiva é um dispositivo produtor de subjetividade. Acontece que, a escola produz e é também produzida por modos de subjetivação como os discursos midiáticos que são abertos e generalizados e por isso, alcançam grande número de pessoas por meio de suas variadas formas, tais como: jornal impresso, jornal on-line, sites, matérias televisivas, revistas e redes sociais de relacionamento que constituem o que neste trabalho denominamos mídia.

Em geral, os discursos midiáticos, quando apresentam temas científicos ou polêmicos, buscam especialistas, como médicos, juízes, psicólogos e professores, para corroborar e apresentar as ideias de forma compreensível pelo público comum. Eles acabam por massificar o modo de pensar das pessoas embora se crie a ilusão de provocar uma singularidade. Acredita-se, sobretudo, que as chamadas disciplinas “psi” sejam capazes de dizer a verdade sobre os seres humanos e possam dar receitas sobre todos os aspectos da vida. Tais receitas são amplamente difundidas por meio dos discursos midiáticos.

Desta forma, a mídia veicula discursos formatados como verdades naturalizadas, sem considerar as práticas advindas desses discursos e seus efeitos no cotidiano. Ela produz controles e valida poderes que se sustentam em saberes. Tais verdades são reafirmadas no cotidiano através de algumas práticas, inclusive escolares, por meio dos discursos que elegemos como verdadeiros. Para Foucault:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral de verdade: isto é os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p.12)

Como se vê, todo discurso é uma prática de atribuir significados e é atravessado por relações de poder que não apenas reprimem, mas também criam e produzem sujeitos. Assim, o exercício do poder “conduz condutas” e ordena a probabilidade dos acontecimentos (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Os discursos e suas relações de poder criam modos de subjetivação do sujeito em que as vezes o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder e em outras, se reconhece como o sujeito de um discurso (FOUCAULT, 2010, p. 274-275).

Surgem assim algumas questões: quais os discursos que a mídia faz funcionar como verdadeiros no que refere a rotina escolar na atualidade? E quais os seus efeitos? Embora muitos temas ligados a educação apareçam com frequência nos discursos midiáticos, o tema *bullying* é muito recorrente e verifica-se um alto número de matérias jornalísticas que

discutem o assunto. Ao buscar o tema no *google*, maior site de busca da internet, com a insígnia “notícias sobre *bullying*” aparece como resultado 2.240.000 referências.

O termo de origem inglesa, que significa valentão, refere-se a comportamento agressivo entre estudantes. Ao analisar as notícias apresentadas nos diversos meios de comunicação observa-se que os discursos midiáticos objetivaram um sujeito vítima e um praticante de *bullying*. Como propõe Foucault, não nos interessa verificar as fontes para estabelecer parâmetros de verdade, mas questionar: que condições possibilitam a produção dos discursos midiáticos sobre a violência nas escolas? Que modos de subjetivação estes discursos produzem? Quais são as implicações e efeitos no cotidiano escolar?

O fenômeno *bullying*, que se refere à violência, humilhação e constrangimento que ocorrem no universo escolar, é ressaltado regularmente e tornou-se um dos temas preferidos nos debates televisivos e matérias jornalísticas. A ênfase ao tema gerou a criação do Disque-Bullying em Belo Horizonte e no Estado do Ceará para que as pessoas façam denúncias. Espera-se com a medida combater e prevenir a violência nas escolas. Entretanto, o que não se discute é como esta violência tem sido produzida uma vez que ela não é essencialmente humana e também não faz parte de um ciclo vital de sobrevivência como numa cadeia alimentar.

Qualquer tipo de violência, inclusive a que ocorre no universo escolar, tem uma lógica própria, é produzida e produz o desequilíbrio nas relações sociais: “A violência e a negatividade resultam sempre de Agenciamentos subjetivos complexos: elas não estão intrinsecamente inscritas na essência da espécie humana, são construídas e sustentadas por múltiplos Agenciamentos de enunciação” (GUATTARI, 1990; p.43).

Nesta ótica, a violência é exclusivamente humana, embora não seja inerente à espécie. Os seres humanos são capazes de dar sentido às suas ações e por isso mesmo capazes de refletir e desvelar outras possibilidades de ser e neste caso nos cabe questionar: Até que ponto algumas as práticas discursivas capturam as relações em lógicas naturalizadas tais como as que chamamos de “violência escolar”, *bullying*, “intimidação” e tantas outras?

Como efeito todos parecem se sentir vítimas de *bullying* e problemas que antes eram resolvidos de outras formas, agora merecem enquadramento legal como pensa o promotor de Justiça Lélcio Calhau que defende a criação de lei federal que criminalize o ato:“(...) eu penso que é necessária a criação de uma lei federal para uniformizar o combate ao *bullying* no

Brasil. A criação de uma tipificação específica reforçaria a importância de se reprimir essas práticas” (DISQUE, 2011).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma cartilha sobre *bullying* para orientar pais e educadores e umas das perguntas respondidas na cartilha defende que a escola recorra a polícia para resolver certos casos:

QUAL É O PAPEL DA ESCOLA PARA EVITAR O BULLYING ESCOLAR?

A escola é corresponsável nos casos de *bullying*, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselhos Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Tais procedimentos evitam a impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade infantojuvenil. (CARTILHA, 2011)

A judicialização em torno do tema pode ser ilustrada pela condenação feita pelo juiz Luiz Artur Rocha Hilário, da 27ª Vara Cível de Belo Horizonte, a um estudante de 7ª série que deverá indenizar uma colega de classe em R\$ 8 mil pela prática de *bullying*. De acordo com o processo, a estudante vítima do *bullying*, ganhou apelidos e começou a ouvir insinuações do colega logo no início do convívio escolar. Ela afirmou ainda, que as “incursões inconvenientes” passaram a ser mais frequentes com o passar do tempo. Segundo a decisão, os pais da garota chegaram a conversar na escola, mas não obtiveram resultados satisfatórios e então recorreram à justiça (JUSBRASIL, 2011).

Os pais do “aluno agressor” disseram que após o ajuizamento da ação, ele passou a ser chamado de “réu” e “processado”, com a pior conotação possível. O juiz argumentou sobre sua decisão: “O dano moral decorreu diretamente das atitudes inconvenientes do menor estudante, no intento de desprestigiar a estudante no ambiente colegial, com potencialidade de alcançar até mesmo o ambiente extra-colegial”. Sobre este depoimento podemos indagar: Não haveria outra maneira de se resolver o caso? Não poderia o diálogo entre os envolvidos produzir as mudanças necessárias? Se pode combater *bullying* com *bullying*? Ou não foi vítima de *bullying* o jovem que agora está estigmatizado como “réu e processado”? O juiz

defende sua posição ao afirmar que havia potencialidade do dano sofrido pela vítima alcançar o espaço extraescolar, mas se julga, condena e pune alguém pela potencialidade ou pelos fatos e dados reais?

A escola é marcada por demandas, ações e práticas em que além das coisas previstas, imprevistos acontecem possibilitando novas formas de atuação, pois o que escapa ao controle pode constituir-se em potência geradora de movimentos que desestabilizam convicções que balizam certas práticas.

Problematizar essas construções subjetivas e suas implicações a partir do cotidiano é fundamental para compreender o lugar da escola na sociedade contemporânea e fabricar outras possibilidades de ação no universo educacional. Assim questionamos: Que condições históricas favoreceram a visibilidade midiática do *bullying*? Que relações de poder sustentam estes discursos? E quais são as possíveis implicações?

Os efeitos de verdade, produzidos nestes discursos, levam à naturalização do *bullying* nas escolas e dos sujeitos envolvidos que são essencializados como violentos, mal caráteres, ou coitadinhos e vítimas. Desta forma, a escola vai se despotencializando e se torna cada vez mais um lugar “violento e perigoso” que “precisa” da intervenção dos conselhos tutelares, da polícia e da justiça.

Um outro episódio ocorrido em uma escola de Volta Redonda ilustra o clamor da sociedade pela punição ainda que revestido de um discurso de tolerância e preocupação. Um jovem do 3º ano do ensino médio teve uma reação de irritação ao ser contrariado pelo professor quando desejava exibir vídeos pessoais ao término da aula. No auge de sua raiva ele atira sua mochila em uma colega da mesma série. Os demais colegas intervêm e o aluno é levado para direção que solicita a presença dos responsáveis pelo aluno e informa que o mesmo ficará alguns dias suspenso de aula. Sob a ótica dos professores e da direção foi apenas um episódio isolado sem maiores consequências e que estava resolvido a partir do diálogo com o aluno e seus responsáveis.

No dia seguinte, um grupo de pais procurou a escola e fez inúmeras exigências qualificando o ocorrido como muito grave e comparando com outras tragédias ocorridas em escolas e veiculadas na mídia. Um deles questionou: E se este aluno estivesse armado? E se ferisse seus colegas? E se houver outros episódios como este e escapar do controle da escola e alunos forem agredidos violentamente? A direção raciocinou que não podemos agir com

base em possibilidades e especulação e devolveu ao pai a pergunta: E se fosse a sua filha? É seu desejo que ela seja tratada com a mesma intolerância que você demonstra neste momento? Neste encontro a direção tranquilizou os pais e afirmou que o assunto estava sendo tratado de forma cuidadosa e que eles não tinham com o que se preocupar.

Entretanto, parece que os pais não se satisfizeram com a posição da escola e recorreram a imprensa local. O assunto ganhou meia página em um jornal da cidade que colocou a seguinte manchete: Alunos de colégio particular de VR passam por momentos de pânico. A matéria relata um episódio de proporções e fatos que não corresponde à realidade e chega a afirmar:

O saldo da confusão foram alunos com hematomas espalhados pelo corpo, devido às mordidas e tapas desferidos pelo agressor, e o trauma psicológico, afinal, uma tragédia poderia ter ocorrido naquela sala de aula. “Com toda certeza imaginei que ele estivesse armado e poderia, a qualquer momento, puxar um revólver e sair atirando”, contou uma aluna. “Ele poderia ter acabado com a minha vida e de várias pessoas de maneira inconsequente”, revelou outra estudante da turma. (ALUNOS, 2011)

A notícia fantasiosa e mentirosa revoltou professores e alunos e na edição seguinte o jornal se viu obrigado a publicar uma nota de esclarecimento fornecida pela escola. Entretanto, o que se destaca neste caso é a produção de um louco ou homicida ainda que na virtualidade das pessoas que dimensionaram o assunto expondo a todos os envolvidos de uma forma cruel e desrespeitosa. O conselho tutelar entrou em contato com a escola solicitando esclarecimento e pediu um relatório do caso. A direção disse que enviaria se recebesse uma solicitação por escrito o que não ocorreu.

O caso ilustra como o *bullying* está sendo tratado e a lógica de que precisa ser punido ainda que não tenha acontecido, uma vez que, hipoteticamente ele pode vir a ser praticado. Objetiva-se pessoas como vítimas ou agressores e elas são enquadradas nesta posição hermeticamente fechada sem abertura ao diálogo. E o que se reserva para estas pessoas assim objetivadas? Nikolas Rose nos dá uma pista ao afirmar que:

Nessa fragmentação e nessas recusas, temos sido forçados a reconhecer que as identidades nacionais, raciais, sexuais, de gênero, de classe têm sido historicamente criadas, mais tipicamente, por aqueles que nos tem afixado uma identidade a serviço da problematização, da regulação, do policiamento, da

reforma, do aperfeiçoamento, do desenvolvimento e mesmo da eliminação daqueles assim identificados. (ROSE, 2001, p.50)

Ao se colocar como vítima ou como causador de *bullying* se responde a todo um processo de produção de subjetividade com todas as suas questionáveis dádivas e legados. A potencialidade do ocorrido é totalmente diluída quando se perde a possibilidade de avaliá-lo numa outra ótica e fazer alguns questionamentos como: Por que temos conflitos na escola? Como lidar com eles? Como significar este espaço tão potente que é a escola? Ela pode operar de outros modos? Como? O espaço escolar precisa ser pensado pelos efeitos de suas práticas. Alfredo Veiga Neto, pesquisador brasileiro, ao ser perguntado se a escola tem futuro respondeu que sim: “É preciso pensar nela, então como ela era, como está sendo e como pode vir a ser” (VEIGA NETO apud COSTA, 2003, p.125).

Nesta perspectiva, é preciso considerar os efeitos de “verdade” produzidos nos discursos midiáticos que naturalizam o *bullying* e objetificam pessoas como vítimas ou agressores através de uma essencialização da violência. É preciso analisar o cotidiano escolar com seus conflitos e tensões, não como dado e cristalizado, mas como um processo de construção e possibilidade de outras formas de existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTILHA sobre Bullying do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <www.cnj.jus.br> Acesso em: dez. de 2011.

COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DISQUE Bullying. Disponível em: <Fonte: <http://www.portaluniversidade.com.br>> Acesso dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Tradução Vera Porto Carrero. — Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-248.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. (Ditos e Escritos V)

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas-São Paulo: Papyrus, 1990.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a História do eu? **Revista Educação e Realidade**.
Jan/Jul: 2001

